

RESENHA

ESCOLA E TRABALHO*

Claudio Salm

Brasiliense, São Paulo, 1980, 112 pág.

A escola não é uma fábrica de mão-de-obra qualificada. A grande empresa não tem exigências maciças de formação a impor ao sistema de ensino; em suma, não é "o" capital a força maior a orquestrar o ritmo de aumento dos cursos e matriculas. Ao contrário, a escola chega mesmo a desservir a "o" capital na medida em que forma pessoas mais exigentes e menos dispostas a aceitar a rotina da fábrica e do escritório.

Essas são conclusões que podem facilmente acorrer ao literato, ao banqueiro ou ao gerente de recursos humanos, sem reclamar discussão profunda. Mas devem soar brutais nos ouvidos de muito crítico da "escola capitalista" no Brasil e da parcela do estudantado que se alimenta de seus esquemas simplificados de análise. A elas chega a tese de Cláudio Salm, "Escola e Trabalho", editada pela Brasiliense.

Salm aponta com bom humor o que de bizarro há nessa vinculação teórica apressada entre escola e empresa, e que no limite chega a supor uma espécie de conspiração dos patrões contra a escola independente. Sem mais cuidado, os excedentes profissionais são transformados em "exército de reserva", gerado para deprimir salários aumentando lucros, quando, na verdade, a empresa mesma resolve, em serviço, a maior parte da rala experiência que pede à maioria de seus empregados.

Mas não se pode ignorar — lembra o autor — que a empresa leva cada vez mais em conta a diplomação dos pretendentes a emprego. Se assim o faz, é porque se vale da instituição educacional como fornecedora de credenciais, simplificando o processo de recrutamento pela exclusão sumária e prévia dos postulantes não diplomados. Aliás, à empresa não sai caro tal expediente, uma vez que não é ela que arca com os custos do sistema de ensino.

É relevante a tese de que a oferta de critérios simbólicos para o preenchimento de cargos acabou sendo a contribuição maior da escola à empresa, uma vez que assinala ele, a produção capitalista exige um mínimo de educação para a maioria e o máximo para a minoria". E sobretudo porque, partindo de economista versado na teoria do valor de Marx, sua formulação permite que se alentem esperanças na renovação da temática

quanto às relações entre educação e o mundo capitalista. Por exemplo, de que se abandone um pouco o terreno exaurido da especulação sobre a quantidade e as condições de apropriação do valor produzido pelo trabalhador qualificado e se invista na indagação promissora quanto aos usos sociais dos títulos e diplomas. A brecha aberta aponta para caminhos variados e fecundos, muitos dos quais certamente fora do departamento a que Salm se filia, economista que é. Se é grande a autonomia da escola em relação à demanda de qualificações e se sua expansão é em grande parte auto-sustentada, é hora de perceber que a escola se alimenta e alimenta outros espaços que não o da produção econômica. Por que não lembrar que os diplomas não existem apenas para valorizar-se no mercado de trabalho, nem que este é irredutível ao espaço da empresa privada, como tacitamente se faz?

As exigências de titulação escolar valem não só nas várias instancias da administração pública quanto no diversificadíssimo campo cultural e seu apêndice que é o artesanato e o comércio de bens de luxo. Ademais, estendem seu efeito ao âmbito familiar, que se renova mediante alianças matrimoniais nas quais os pares (e suas famílias) também se exigem reciprocamente cada vez mais cultura, e, portanto, mais escolarização, ao menos da baixa classe média para cima. Por tudo isso, é fácil inferir que a inflação de títulos escolares e sua correlata desvalorização econômica e social tem a ver com uma lógica que transcende em muito à organização do trabalho na produção material. Quer dizer, se a dinâmica do "mundo do trabalho" dá menos conta da expansão da escola, o "mundo do consumo" talvez explique mais.

O grande capitalista que compra força de trabalho no atacado é também o grande capitalista que precisa diplomar os filhos para sucedê-lo na chefia de outros tantos diplomados, e cujas filhas ele não pode relegar analfabetas ou semi-alfabetizadas, sob pena de ameaçar a sua condição social numa época de titulação feminina rápida. E assim para o pequeno empresário que compra sua força de trabalho no varejo, mais ainda para as classes médias destituídas de patrimônio material e para as quais o cabedal de cultura e de títulos é ainda mais importante.

Quem coloca em concorrência os diplomados nas agências de emprego e nas seções de pessoal da grande empresa não é a entidade abstrata "o" capital, mas sim uma coorte de psicólogos, juristas, administradores, que de alguma forma fazem valer as suas próprias qualificações e diplomas no mercado que administram, fazendo flutuar os requisitos de excelência também em função de seu estilo de vida. Quem conhece de perto a sistemática de recrutamento da empresa capitalista para os seus níveis intermediários e superiores, sabe muito bem a importância que se confere à aparência do candidato, aí compreendida a linguagem, o vestuário, uso do lazer e outros tantos itens decisivos para aferir a "qualidade" de um pretendente.

Por detrás da braveza dos críticos da "educação capitalista", que em boa hora Cláudio Salm filia à vulgata acadêmica do marxismo, talvez se possa encontrar algo mais que honesta limitação teórica. As críticas à

educação submissa às demandas de qualificação enraízam-se contraditoriamente em posições políticas antagônicas mas facilmente confundíveis: tanto podem prender-se a uma proposta por novas condições de organização do trabalho, de apropriação da riqueza e de participação política, quanto podem filiar-se a uma postura conservadora de preservação da cultura "pura". Afinal, é por meio da ideologia da atividade cultural "desinte-

ressada" que as frações cultivadas das classes médias e altas processam as suas demandas de reconhecimento social e de preservação de privilégios econômicos e simbólicos, nos círculos da produção, circulação e consumo da "alta" cultura. **José Carlos Durand**

* Este texto foi publicado originalmente na Folha de S. Paulo de 18 de dezembro de 1980.